

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, acompanhadas dos respectivos pareceres Atuarial, dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria. A MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A. encerrou o exercício com R\$ 175,7 milhões de prêmios retidos (crescimento 100% sobre os do exercício de 2006); índice de sinistro de 35,3%; e despesas comerciais de 35,3% sobre os Prêmios Ganhos. A Seguradora registrou no exercício lucro antes dos impostos e participações da ordem de R\$ 35,5 milhões (R\$ 10,3 milhões em 2006) e lucro líquido de R\$ 24,6 milhões (R\$ 5,5 milhões, no mesmo período de 2006). Em março de 2007, a SUSEP Superintendência de Seguros

Privados autorizou a transferência do controle acionário da seguradora para a MAPFRE VERA CRUZ Seguradora S.A., que destinou, mediante aporte de capital, em dinheiro, de R\$ 40.000 mil, para fortalecimento das estruturas de solvência da sociedade. Na qualidade de nova controladora da companhia, a MAPFRE VERA CRUZ Seguradora S.A., assumiu efetivamente a sua gestão, incorporando suas atividades às unidades estratégicas de negócios do conglomerado MAPFRE Seguros, buscando obter, assim, o máximo de aproveitamento das sinergias operacional e comercial. Para o exercício de 2008, a Administração mantém expectativa de trajetória de crescimento nos segmentos em que a seguradora opera, graças à aludida integração, de forma a promover constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes e redução de custos. Em atenção ao disposto na Circular SUSEP 334/2007, de 02

de janeiro de 2007, a MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento", detalhada em nota explicativa específica. Agradecemos nossos acionistas, corretores, parceiros e segurados pela confiança depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos prestados.
São Paulo, 27 de Fevereiro de 2008.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006		(Em milhares de reais)	
	2007	2006	
ATIVO			
CIRCULANTE	134.694	80.329	
Disponível	1.148	7.390	
Caixa e bancos	2.148	7.390	
Aplicações	58.071	34.712	
Títulos de renda fixa	7.607	11.056	
Títulos de renda variável	-	48	
Quotas de fundos de investimentos	50.408	23.555	
Outras aplicações	56	53	
Créditos das operações com seguros e resseguros	21.432	21.102	
Prêmios a receber	14.514	18.623	
Operações com seguradoras	2.745	1.029	
Operações com resseguradoras	1.242	923	
Outros créditos operacionais	3.466	1.024	
(-) Provisão para riscos de créditos	(535)	(497)	
Títulos e créditos a receber	47.918	12.834	
Títulos e créditos a receber	37.102	10.902	
Créditos tributários e previdenciários	10.687	1.881	
Outros créditos	129	51	
Outros valores e bens	5.008	4.258	
Outros valores	5.008	4.258	
Despesas de comercialização diferidas	117	33	
Seguros e resseguros	117	33	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	54.057	14.002	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	51.957	12.044	
Aplicações	23.766	7	
Títulos de renda fixa	6.503	-	
Quotas de fundos de investimentos	17.255	-	
Outras aplicações	292	291	
(-) Provisão para desvalorização	(284)	(284)	
Créditos das operações com seguros e resseguros	5.375	1.149	
Prêmios a receber	4.225	-	
Outros créditos operacionais	1.784	1.784	
(-) Provisão para riscos de créditos	(635)	(635)	
Títulos e créditos a receber	22.817	10.888	
Títulos e créditos a receber	741	-	
Créditos tributários e previdenciários	10.180	6.647	
Depósitos judiciais e fiscais	12.637	4.241	
(-) Provisão para riscos de créditos	(741)	-	
PERMANENTE	2.100	1.958	
Investimentos	1.980	1.823	
Participações societárias	160	-	
Imóveis destinados a renda	2.131	2.131	
(-) Provisão para desvalorização	(243)	(243)	
Depreciação	(68)	(65)	
Imobilizado	115	129	
Bens móveis	168	669	
Outras imobilizações	-	13	
(-) Depreciação	(53)	(553)	
Diferido	5	6	
Despesas de organização, implantação e instalação	12	11	
(-) Amortizações	(7)	(5)	
TOTAL DO ATIVO	188.751	94.331	
PASSIVO			
CIRCULANTE	77.027	53.529	
Contas a pagar	12.815	7.929	
Obrigações a pagar	618	836	
Impostos e encargos sociais a recolher	462	507	
Encargos trabalhistas	-	9	
Impostos e contribuições	9.003	3.780	
Outras contas a pagar	2.732	2.797	
Débitos de operações com seguros e resseguros	16.172	10.754	
Prêmios a restituir	8	-	
Operações com seguradoras	1.997	742	
Operações com resseguradoras	8.118	4.573	
Corretores de seguros e resseguros	233	10	
Outros débitos operacionais	5.816	5.429	
Depósitos de terceiros	2.192	814	
Provisões técnicas - seguros e resseguros	45.843	34.032	
Provisão de prêmios não ganhos	408	168	
Provisão de insuficiência de prêmios	-	924	
Sinistros a liquidar	29.197	19.566	
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	8.784	13.374	
Provisão complementar de prêmios	7.205	-	
Outras provisões	249	-	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	20.930	10.860	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	20.930	10.860	
Outros passivos contingentes	20.930	10.860	
Provisões fiscais	20.568	10.436	
Provisões trabalhistas	362	424	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.799	29.942	
Capital social	19.518	19.518	
Aumento de capital (em aprovação)	40.000	-	
Reservas de reavaliação	857	857	
Reservas de lucros	30.424	9.598	
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	(31)	
TOTAL DO PASSIVO	188.751	94.331	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006		(Em milhares de reais)	
	2007	2006	
Saldos em 31 de dezembro de 2005	19.518	-	24.474
Títulos e valores mobiliários	-	-	13
Lucro líquido do exercício	-	-	5.455
Reserva Legal	-	-	(273)
Constituição da reserva para futuro aumento de capital	-	-	(5.182)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	19.518	-	29.942
Ajuste de exercício anterior:	-	-	(3.809)
Provisão complementar de prêmios	-	-	(3.809)
Títulos e valores mobiliários	-	-	31
Aumento de capital em aprovação	-	-	40.000
AGE de 28 de fevereiro de 2007	-	40.000	-
Lucro líquido do exercício	-	-	24.635
Reserva legal	-	-	(1.041)
Constituição da reserva para futuro aumento de capital	-	-	(19.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	19.518	40.000	90.799

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., tem como objetivo social operar em seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares. Por meio da Portaria SUSEP nº 2.624 de 20 de março de 2007, foi concretizada a transferência do controle acionário da companhia para a MAPFRE VERA CRUZ Seguradora S.A., bem como a nova razão social de Seguradora Ronda para MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A. A Seguradora passou a integrar o SISTEMA MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Madrid, Espanha.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com a legislação societária, sendo observadas as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Circular SUSEP nº 334/07 instituiu o novo modelo de plano de contas para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que passou a ser adotado a partir de 2 de janeiro de 2007, cuja a principal alteração foi o modelo de divulgação da "Demonstração de Resultado" na criação das linhas "Riscos Vigentes e não Emitidos" e "Prêmios do Convênio DPVAT". Os saldos referentes a 31 de dezembro de 2006 foram reclassificados para fins de comparação.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Prêmios e despesas de comercialização: Os prêmios de seguros e resseguros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro, são registrados ao resultado quando da emissão das respectivas apólices e endossos de seguros e diferidos para apropriação em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, pela constituição da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados a apólices com faturamento mensal, em que a emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidas por estimativa, calculadas com base no histórico de emissão. Os valores estimados são ajustados e revertidos quando da emissão da fatura. As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado, no decorrer do prazo de vigência dos seguros. As operações de cosseguro aceito e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB Brasil Resseguros S.A., respectivamente. Os valores relativos a ressarcimento de garantia com alienação fiduciária são calculados com base no percentual histórico sobre a base observada. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos, cujo valor foi determinado com base em cálculos atuariais que levaram em conta a experiência histórica e metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial (NTA), no montante de R\$ 12.116 (R\$ 12.723 em 2006) para prêmios, R\$ 10 (R\$ 8 em 2006) para provisões técnicas, R\$ 4.035 (R\$ 3.999 em 2006) para comissões sobre prêmios emitidos. **b) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: • títulos para negociação; • títulos disponíveis para venda; • títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são ajustados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados para negociação são contabilizados no resultado do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. "Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários". Líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários. O valor de mercado dos títulos públicos é calculado com base no "Preço Unitário do Mercado Secundário", informado pela ANDIMA. As ações integrantes da carteira de renda variável são ajustadas a mercado pela cotação média do último dia em que foram negociadas em bolsa de valores. Os fundos de investimentos financeiros são avaliados pelo valor da quota, informado pelos Administradores dos fundos, na data do balanço. **c) Instrumentos derivativos:** Os instrumentos financeiros compostos por operações de swap e futuros são contabilizados pelo valor de mercado, de acordo com os seguintes critérios: • operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa *pro rata-die* até a data do balanço. • operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa. • operações com opções - os prêmios pagos

ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício. **d) Créditos com operações de seguros:** Representam os valores contratados que se encontram pendentes de recebimento, em razão do parcelamento do prêmio, acrescidos dos respectivos juros, custo de apólice, imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e coberturas acessórias. Os juros cobrados em virtude do parcelamento de prêmios de seguros são apropriados em prazo igual ao do parcelamento. **e) Provisão para riscos de créditos:** A provisão para riscos sobre créditos é calculada com base no percentual de perda histórica aplicados sobre a totalidade das parcelas vencidas acima de 60 dias. **f) Permanente:** Demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por reavaliações (Nota 8c), combinado com a depreciação do imobilizado, computada pelo método linear, as seguintes taxas anuais: de 4% para edificações, 10% para bens móveis e 20% para outros (equipamentos e veículos). **g) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, assim resumidas: • A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela de prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculado pelo método *pro rata-die* e atualizada monetariamente, quando aplicável. • A provisão de insuficiência de prêmios (PIP) é constituída se for constatada insuficiência da provisão para prêmios não ganhos para cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações em despesas relacionadas, sendo calculada de acordo com a Nota Técnica Atuarial (NTA). • A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até à data do balanço e atualizada monetariamente. A "Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados" é constituída para fazer face aos sinistros já ocorridos e não avisados. A provisão relativa às operações de aceitação direta e cosseguro aceito é calculada atuarialmente com base em nota técnica devidamente aprovada pela SUSEP e leva em consideração a experiência histórica observada. A provisão relativa às operações de retrocesso é registrada com base em informações recebidas do IRB Brasil Resseguros S.A. A provisão para fazer face a encargos futuros estimados com o Consórcio DPVAT é constituída com base em informes emitidos pela administração do Consórcio. **h) Provisão complementar de prêmios:** A Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006, em seus artigos 5º e 21, com alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 181, de 17 de dezembro de 2007, estabeleceu a obrigatoriedade de constituição de uma nova provisão técnica denominada Provisão Complementar de Prêmios. A PCP deve ser calculada *pro rata-die*, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e as contribuições retidas ou prêmios líquidos recebidos, e o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PNG ou a PRNE constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não. Como se trata de uma mudança de critério contábil, o valor referente à constituição inicial no montante de R\$ 6.210 (R\$ 3.809 líquido dos efeitos tributários), foi contabilizado como ajustes de exercícios anteriores em lucros acumulados e os valores, decorrentes das variações referentes ao exercício de 2007, no montante de R\$ 995 no resultado do exercício. O saldo da PCP em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 7.205. **i) Imposto de renda e contribuição social:** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável acrescida de adicional de 10% sobre a parcela que excedeu a R\$ 240, na forma da legislação vigente. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações**

legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Circular SUSEP 334/07 e pronunciamento NPC 22 - IBRACON. • **Contingências Ativas** - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • **Contingências Passivas** - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **k) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4. Aplicações financeiras

	01 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor contábil
I. Títulos para negociação	4.714	368	8.583	39.070	52.735	23.555
Certificado de depósitos bancários	-	368	-	1.959	2.327	-
Fundos exclusivos	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	67	67	6.684
Títulos da dívida agrária	-	-	8.020	37.034	45.054	653
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	15.614
Certificado financeiro do tesouro	-	-	-	-	-	469
Compensação de variação salarial	-	-	-	-	-	90
Over	4.725	-	-	-	4.725	-
Swap	-	-	563	-	563	42
Opções	-	-	-	10	10	-
Contas a pagar/receber	(11)	-	-	-	(11)	3
II. Títulos disponíveis para venda	-	2.491	2.789	5.606	10.886	11.104
Certificado de depósitos bancários	-	-	-	-	-	2.072
Letras financeiras do tesouro - DPVAT	-	2.491	2.789	5.606	10.886	8.984
Carteira de ações	-	-	-	-	-	48
III. Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	18.152	18.152	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	897	897	-
Fundos exclusivos	-	-	-	17.255	17.255	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	17.255	17.255	-
Total geral	4.714	2.859	11.372	62.828	81.773	34.659

5. Créditos Tributários e Previdenciários

a) Composição dos créditos tributários:

	2007	2006
Realizável a Curto Prazo		
Imposto de renda - antecipações	8.195	1.489
Contribuição social - antecipações	2.406	376
Outros	86	16
Total	10.687	1.881
Realizável a Longo Prazo		
Imposto de renda - adições temporárias	(a) 2.573	425
Imposto de renda - prejuízo fiscal	(b) 2.481	1.335
Contribuição social - adições temporárias	(c) 926	388
Contribuição social - base negativa	(b) 562	677
Contribuição social - MP 2.158-35/01 art. 8º	(c) 919	1.215
Créditos de PIS	2.357	2.243
Outros	362	364
Total	10.180	6.647

b) Imposto de renda e contribuição social: Refere-se a crédito fiscal constituído sobre o saldo das adições temporárias existentes em 31 de dezembro de 2007 e 2006, calculados à alíquota de 25% para o imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social. **b)** Os créditos tributários diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social à alíquota de 25% e 9%, respectivamente. A seguradora obteve liminar e compensou o imposto de renda e a contribuição social a pagar com prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumuladas até 1994, sem observar o limite de 30%. Os valores dos créditos referem-se ao valor do principal devido sobre o excedente da compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. **c)** Refere-se a crédito fiscal de contribuição social decorrente de bases negativas e adições temporárias anteriores a 1998, calculados pela alíquota de 18%, compensáveis com débitos da mesma contribuição, nos termos do art. 8º da MP 2.158-35/01.

6. Contingências

	2007	2006
Compensação de IRPJ e CSLL	(a) 7.085	3.639
Compensação da COFINS com o PIS	(b) 5.378	1.825
PIS sobre ramo habitacional	(c) 743	2.071
COFINS	(d) 6.580	2.381
- sobre faturamento	(d) 568	306
- sobre outras receitas	(d) 214	214
Outras contingências fiscais	362	424
Contingências trabalhistas	20.930	10.860



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

7. Detalhamento por Ramo das Provisões Técnicas e Despesas de Comercialização Diferidas-Seguros e Resseguros

Ramos	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de insuficiência de prêmios		Sinistros a liquidar		Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		Provisão complementar de prêmios		Outros		Despesas de comercialização diferidas	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Créditos Domésticos e Risco Comercial	-	-	-	304	8.751	10.547	4.704	2.284	3.083	-	-	-	-	-
Prestamista	-	-	-	281	3.801	1.655	2.133	1.526	3.943	-	-	-	-	-
DPVAT	-	-	-	-	9.360	7	807	8.533	-	-	249	-	-	-
VG/APC	-	9	-	204	4.883	5.047	1.044	963	149	-	-	-	-	-
Fiança Locatícia	407	149	-	4	49	49	12	10	7	-	-	-	117	32
Outros	1	10	-	131	2.353	2.261	84	18	23	-	-	-	-	-
Total	408	168	-	924	29.197	19.566	8.784	13.374	7.205	-	249	-	117	33

Está vinculado à SUSEP em garantia das provisões técnicas o montante de R\$ 81.842 (R\$ 34.090 em 2006) composto por R\$ 10.886 (R\$ 8.894 em 2006) por títulos públicos (Letras Financeiras do Tesouro), R\$ 67.663 (R\$ 23.555 em 2006) em quotas de fundos de investimentos, R\$ 1.302 em Certificados de Depósitos Bancários, R\$ 351 por Letras do Tesouro Nacional e imóveis R\$ 1.640 (R\$ 1.640 em 2006).

8. Patrimônio Líquido

a) Capital social: O capital social está representado por 195.763.156 ações sem valor nominal, sendo 126.089.567 ações ordinárias e 69.673.589 ações preferenciais. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de fevereiro de 2007, os acionistas aprovaram aumento de capital no montante de R\$ 40.000 sem emissão de novas ações. As deliberações aprovadas encontram-se em fase de homologação pela SUSEP. **b) Dividendos:** Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a lei societária e o estatuto. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram a prioridade no caso de reembolso de capital. Não foi proposta a distribuição de dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006. **c) Reservas de reavaliação:** Conforme determinado pela Circular SUSEP nº 7/97 e alterações posteriores, a Seguradora procedeu, em 1998, à reavaliação dos imóveis integrantes do ativo permanente, subgrupo investimentos. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2007 e 2006, no montante de R\$ 857, refere-se exclusivamente à reavaliação de terrenos. **d) Ajustes de exercícios anteriores:** Devido a mudança de prática contábil introduzida pela Resolução CNSP nº 162 de 26 de dezembro de 2006 alterada pela Resolução CNSP nº 181 de 17 de dezembro de 2007, que passou a exigir o cálculo e registro contábil da Provisão Complementar de Prêmios - PCP de exercícios anteriores, a companhia registrou os valores devidos em Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos de impostos no montante de R\$ 3.809.

9. Principais Ramos de Atuação:

Ramos	Prêmios ganhos		Percentual			
	2007	2006	Sinistralidade		Comercialização	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Créditos Domésticos e Risco Comercial	66.769	34.442	41,8	38,6	47,7	37,6
Prestamista	87.907	35.088	20,3	13,2	31,7	47,7
DPVAT	15.247	12.343	80,0	79,6	1,6	1,0
VG/APC	4.294	4.838	68,9	67,0	32,6	38,8
Outros ramos	919	1.074	111,8	-	38,5	19,0
Total	175.136	87.785	35,3	35,3	35,3	36,3

10. Imposto de renda e contribuição social

O resultado fiscal do exercício foi apurado como segue:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2007	2006	2007	2006
Lucro antes dos impostos (após participações)	35.486	10.327	35.486	10.327
Adições/exclusões temporárias:	4.486	2.921	4.486	2.921
Adições/exclusões permanentes:	533	613	533	441
Outras	-	589	-	595
Base de Cálculo Efetiva Aliquotas Efetivas:	40.505	14.450	40.505	14.284
Imposto de Renda Aliquota Básica 15%	6.076	2.168	-	-
Adicional 10%	4.027	1.421	-	-
Contribuição Social 9%	-	-	3.645	1.286
Adições Temporárias Incentivos Fiscais	(2.148)	-	(538)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(211)	(3)	-	-
a) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% do lucro tributável que excede à parcela de R\$ 240. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado na forma da legislação vigente, mediante alíquota de 9%.	7.744	3.586	3.107	1.286

11. Detalhamento de Contas de Demonstração de Resultado

a) Outras receitas operacionais	Receitas		Despesas operacionais	
	2007	2006	2007	2006
Receitas	2007	2006	2007	2006
Custo de apólices	28	15	197	-
Receitas com participações em lucros	62	12	495	493
Receitas com confecção de cadastros de fiança locatícia	34	-	783	35
Outras receitas com cosseguros	144	-	3.207	3.138
Outras receitas com retrocessos	48	2	780	144
	316	29	1.931	5
			71	5
			7.464	3.815
b) Outras despesas operacionais				
Despesas de apólices			197	-
Despesas com cobrança			495	493
Inspeção de riscos			783	35
Lucros atribuídos			3.207	3.138
Provisão para riscos de créditos			780	144
Despesas de cartório - seguro de consórcio			1.931	-
Outras despesas com seguros			71	5
			7.464	3.815
c) Despesas administrativas				
Despesas com pessoal próprio	750	3.866		
Despesas com serviços de terceiros	2.761	3.854		
Despesas com localização e funcionamento	282	784		
Despesas com donativos e contribuições	282	108		
Despesas administrativas do convênio DPVAT	1.458	1.567		
Outras despesas administrativas	261	199		
	5.794	10.378		
d) Despesas com tributos				
COFINS	3.971	2.674		
PIS	645	435		
Taxa de fiscalização - SUSEP	371	185		
Outras	68	53		
	5.055	3.347		
e) Receitas financeiras				
Títulos de renda fixa	1.519	3.098		
Receitas com operações com seguros	28	101		
Receitas com fundos de investimentos	6.053	1.750		
Outras	169	381		
	7.769	5.330		
f) Despesas financeiras				
Despesas com operações de seguros	1.604	1.292		
Despesas com tributos (taxa SELIC)	2.518	623		
Despesas com CPMF	1.391	425		
Outras despesas financeiras	74	4		
	5.587	2.344		

12. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2007, a companhia possuía contratos de opções de futuros-DI, cujos valores referenciais totalizavam R\$ 1.217 e contratos de "swap"-Dolar x CDI e IGP-M x CDI no montante de R\$ 13.500 (R\$ 5.409 em 2006). O diferencial a receber dos contratos de "swap" em 31 de dezembro de 2007 montava em R\$ 563 (R\$ 42 em 2006) e os prêmios a receber de opções de futuros no montante de R\$ 10. Os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos de futuros são liquidados diariamente. O grupo MAPFRE utiliza o mercado de derivativos para realizações de operações ativas e para proteção (hedge), visando sempre a redução da exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. O uso de derivativos frequentemente é associado a operações com títulos públicos, privados e ações (valores mobiliários). O monitoramento dos riscos das operações realizadas no mercado de derivativos é feita de forma ativa e constante, com políticas rígidas de controle, estratégias previamente estabelecidas e aprovadas de acordo com as políticas de investimento adotadas pelo conglomerado MAPFRE no Brasil. Os limites são sempre pré-determinados, ou seja, todas as operações são submetidas a uma rigorosa análise de "Stress Testing" e confrontadas com a política de controle de risco adotada de "Stop Loss", sendo que após o início das posições passamos a utilizar a política de "Value At Risk" e "Stress Testing" para o monitoramento das posições. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos (Market to Market) são definidos pelo administrador das carteiras e custodiante, BEM DITM (100% Grupo Bradesco) e Banco Bradesco S.A., respectivamente, que utilizam as curvas e taxas da ANDIMA e BM&F para cálculos e precificação através das metodologias convencionais e comumente aceitas pelo mercado e de acordo com o código de auto-regulação da ANBID. A área de risco da MAPFRE DITVM confronta diariamente os resultados obtidos pelo administrador a fim de se consolidar os resultados

obtidos. As operações dos instrumentos financeiros derivativos são custodiadas, registradas e negociadas na BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo, na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBL - Central Brasileira de Liquidação e Custódia, instituições de "Clearing" de alta confiabilidade e renome no mercado brasileiro.

13. Plano de Aposentadoria Complementar

A Companhia proporciona um plano de previdência complementar aos diretores, que é administrado pela MAPFRE VERA CRUZ Vida e Previdência S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 214 (R\$ 349 em 2006).

14. Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência

	2007	2006
Patrimônio líquido	90.799	29.942
(-) Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa	3.962	3.228
(-) Ativo diferido	5	6
(-) Participação acionária em congêneres	160	-
(e) Patrimônio líquido ajustado	86.672	26.708
(-) Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	35.136	17.563
(-) Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	12.925	9.157
(e) Margem de solvência (a)	51.536	9.145
(a) Para apuração da margem de solvência, considera-se o valor entre o patrimônio líquido ajustado menos o patrimônio mínimo necessário entre 0,20 vezes do total da receita líquida de prêmios emitidos dos últimos 12 meses ou 0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.		

15. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado.

	MAPFRE VERA CRUZ Seguradora S.A.	
	2007	2006
Ativo e (passivo) Saldos patrimoniais		
Sinistros a recuperar	429	-
Créditos a receber	63	186
Cosseguros cedidos a pagar	(328)	(133)
Sinistros a liquidar	(191)	(346)
Receitas e despesas		
Prêmios retidos	(652)	16.751
Sinistros retidos	854	903
Despesas de comercialização	322	(3.034)

16. Outras Informações

a) Outros créditos operacionais no circulante no valor de R\$ 3.466, refere-se principalmente a adiantamentos por conta de agenciamento (R\$ 1.024 em 2006) créditos junto ao Consórcio DPVAT; **b)** Títulos e créditos a receber no circulante, no valor de R\$ 37.102 (R\$ 10.902 em 2006), referem-se, principalmente, a créditos receber decorrentes de recuperação e ressarcimentos de sinistros; **c)** Outros valores e bens no ativo circulante, no valor de R\$ 5.008 (R\$ 4.258 em 2006), refere-se a bens salvados a venda; **d)** Outros créditos operacionais no realizável a longo prazo no valor de R\$ 1.784 (R\$ 1.784 em 2006), refere-se a créditos junto a Polícia Militar do Rio Janeiro e a ressarcimentos de sinistros; **e)** Outros débitos operacionais no passivo circulante, no valor de R\$ 5.816 (R\$ 5.429 em 2006), refere-se basicamente a comissões e juros sobre prêmios emitidos; **f)** Conforme permite o artigo 14 da Resolução nº 118/2004, de 22 de dezembro de 2004 da SUSEP, o comitê de auditoria foi criado na lider do GRUPO, MAPFRE VERA CRUZ Seguradora S.A., cujo resumo do relatório do comitê de auditoria está sendo publicado em conjunto com as demonstrações financeiras da MAPFRE VERA CRUZ Seguradora S.A., que também abrange as operações da MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A. **g) Lei nº 11.638/07:** Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638 que alterou dispositivos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 destacando-se diversas alterações na preparação e divulgação das demonstrações financeiras para os exercícios encerrados a partir de 1º de janeiro de 2008. A Administração está avaliando os possíveis impactos dessa nova lei para, posteriormente, mensurar os efeitos de mudanças de práticas contábeis que a Seguradora ainda não tenha adotado. É esperado também que as alterações providas pela nova lei sejam objeto de regulamentação por parte do SUSEP e CNSP, no decorrer de 2008, considerando a abrangência de cada órgão regulador. A Administração estima, em sua avaliação inicial, que as alterações acima não ocasionarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Seguradora, todavia, no momento, não é praticável determinar com segurança os efeitos resultantes da adoção plena da nova lei. **h) Resolução CNSP nº 158 e 178:** O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora na data-base de 31 de dezembro de 2007, apresentou ser superior ao valor exigido pela nova regra de capital mínimo requerido, instituída pela Resolução CNSP nº 178/2007, necessário ao segmento de mercado (regiões de atuações e classes de negócios) operacionalizado pela Seguradora no exercício de 2007. Em relação ao modelo interno estabelecido pela Resolução CNSP nº 158/2006 a Seguradora desenvolveu e está implementando a metodologia no decorrer do exercício de 2008, alinhando as novas tendências e tecnologias do mercado segurador mundial.

17. Eventos subsequentes

a) Medida Provisória nº 413: Em três de janeiro de 2008 foi editada a Medida Provisória nº 413, que promoveu a alteração da alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL de 9% para 15% aplicável as pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e instituições financeiras. Considerando os efeitos jurídicos da MP, esse aumento de alíquota entrará em vigor a partir de maio de 2008, contudo, as alterações introduzidas só se tornarão efetivas após aprovação pelo Poder Legislativo. A aprovação da MP resultará em aumento nas despesas de Contribuição Social sobre os lucros líquidos gerados a partir de 1º de maio de 2008, bem como aumento dos créditos tributários ativados, proporcional a elevação da alíquota.



Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A. Examinamos todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, com o objetivo específico de expressar uma opinião sobre as referidas Provisões Técnicas, em atendimento à Resolução CNSP nº 135, de 11 de outubro de 2005 e a Circular SUSEP nº 272, de 22 de outubro de 2004.

Os exames realizados foram conduzidos de acordo com técnicas e metodologias estatísticas e atuariais conhecidas e aplicáveis no Brasil e compreenderam: **(i)** obtenção e consistência da base técnica histórica da Seguradora; **(ii)** análise das Provisões Técnicas: Sinistros a Liquidar, Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Prêmios não Ganhos, Riscos Vigentes e não Emitidos, Insuficiência de Prêmios e Complementar de Prêmios. Considerando a comprovação de suficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos, não houve necessidade da constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios.

em nossa opinião, as Provisões Técnicas acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, todas as obrigações definidas na legislação vigente e estão refletidas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007 e 2006, com valores consistentes e com desvios padrão suficientemente assertivos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2008

Carlos Alberto Draghi Diretor
Duarte Marinho Vieira MIBA nº 1112

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A. São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A., levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: **a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Seguradora; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Seguradora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. A Seguradora registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que passaram a requerer a constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP, conforme divulgado na Nota 3h. Como pode ser aferido de sua fórmula de cálculo, a PCP não é constituída com base nos riscos vigentes na data de sua constituição ou na data do encerramento das demonstrações contábeis e, portanto, não representa um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora, decorrentes de contratos de seguros em vigor. Como consequência do registro da PCP o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007 e o resultado do exercício findo naquela data estão sub-avaliados em R\$ 7.205 (R\$ 4.420 líquido dos efeitos tributários) e R\$ 995 (R\$ 600 líquido dos efeitos tributários), respectivamente.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da contabilização da Provisão de Prêmios Complementar mencionados no parágrafo 3, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Conforme mencionado na Nota 6b, em 31 de dezembro de 2007 existem prêmios a receber no montante de R\$ 4.225, registrado na rubrica "créditos das operações de seguros e resseguros" no Realizável a Longo Prazo que estão em processo de cobrança judicial. A realização deste saldo depende do resultado das negociações em curso e/ou da conclusão do processo judicial de cobrança.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2008

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. CRC-25P015199/O-6
Eduardo Wellichen Contador CRC-15P184050/O-6

A vida pode ser diferente todo dia. Só uma seguradora diferente pode estar com você a vida toda.

A vida sempre nos surpreende com novos desafios. Diferente é oferecer soluções mais completas em seguros e serviços adequados a cada etapa da sua vida, garantindo sua tranquilidade, sempre.

